

No. 162
ABR-MAI-JUN
ANO 24/2014

farj@riseup.net
http://www.farj.org
Cx. Postal 14576
CEP 22410-971
Rio de Janeiro/RJ - Brasil



NÃO COMEÇOU EM 2013, NÃO TERMINARÁ EM 2014

O LEGADO DAS LUTAS POPULARES E DA COPA



Junho de 2013 pegou os lutadores e lutadoras sociais de surpresa. O povo não engoliu passivamente o gasto de bilhões do dinheiro público na Copa, enquanto que os serviços públicos de saúde, educação, transportes só pioram. O

aumento da tarifa dos precários transportes públicos foi o estopim para milhares irem às ruas e lutarem contra os abusos e violências das grandes empresas capitalistas e dos governos. A deterioração dos serviços públicos, a crescente crise social e urbana, a influência das lutas sociais internacionais e a indignação com a forte repressão policial nos primeiros atos, contribuíram para que os atos seguintes fossem ganhando cada vez mais volume. A redução das tarifas de

transporte em várias cidades foi uma vitória do povo contra a classe dominante, mesmo com as tentativas de infiltração de setores de direita e ultra-conservadores nos atos.

Junho parecia ser apenas o início de uma longa primavera. Um dos legados das jornadas de 2013 foi a crescente mobilização de vários setores dos(as) explorados(as). Nas greves dos garis, professores e rodoviários trabalhadores e trabalhadoras combateram a burocracia e não abaixaram a cabeça para os sindicatos patronais e as direções vendidas ao governo. Outros exemplos foram a resistência das favelas, as lutas do movimento sem-teto em São Paulo e as manifestações realizadas em bairros da periferia em várias partes do Brasil. E o povo criou táticas ousadas de mobilização nas ruas, tais como a ação dos garis em cobrir as ruas de lixo em pleno Carnaval; o fechamentos de ruas; "catracações" e ocupações

de espaços governamentais. Tudo isso deu força à pressão popular e possibilitou conquistas, o que dificilmente aconteceria apenas com passeatas burocratizadas.

Pode-se dizer que 2013 foi um marco, que trouxe algumas mudanças para os movimentos populares. Também mudam e endurecem certas políticas do Estado para estes movimentos e mobilizações. Por outro lado, apesar de milhares terem seguido pelas ruas, *os espaços sociais e de organização dos(as) trabalhadores(as), não cresceram proporcionalmente. Além disso, a classe dominante também aprendeu com as estratégias das lutas nas ruas, tendo a mídia burguesa como aliada para lidar com os enfrentamentos das jornadas de junho. A morte do cinegrafista Santiago Andrade foi hipocritamente explorada pelas empresas de comunicação, que colaboraram com o Estado na articulação de um forte sistema de repres-*

Nesta Edição

MURALISMO

Arte no Trabalho Social ...pág 3

REFLEXÕES SOBRE

O Primeiro de Maiopág 4

PODER POPULAR

Nas ruas de Montevideo ...pág 4

LUTA ESTUDANTIL

No Norte Fluminensepág 5

TEMPO DE ELEIÇÕES

Entrevista a fAu ...pág 6

FALECEU ESTHER REDESpág 8

Além de poesias ...

NAS BOCAS...

"Se você não luta, tenha ao menos a decência de respeitar aqueles que lutam"

José Martí

são contra os manifestantes visando desmobilizá-los. O que as sanguinárias forças militares do Estado já faziam há décadas nas favelas, como a repressão, criminalização e violência contra os pobres, passou a ser utilizado no asfalto, de modo mais brando mas não menos repulso.

O ano de 2014 começou como uma espécie de "ressaca" de 2013. As condições para a mobilização social tinham mudado. Os setores conservadores do poder se reorganizaram e passaram a atacar com a criminalização ideológica dos manifestantes e movimentos sociais.

Muito antes da atual onda repressiva, organizações políticas e movimentos populares já denunciavam que estava em curso um eficiente sistema de criminalização dos protestos e da pobreza, dirigido pelo PT e à serviço do grande capital nacional e internacional, como a FIFA e as empresas que lucraram com a Copa. Destacava-se que sem a participação ampla dos setores oprimidos, as manifestações encontrariam sérios limites. A estratégia da classe dominante já estava desenhada. Os protestos foram criminalizados e isso só poderia ser combatido se os movimentos populares, organizações políticas e demais grupos transformassem a força das ruas em força social, com a ampliação da participação popular. Tal atitude não viria dos partidos políticos, preocupados mais em aumentar apenas suas próprias fileiras para as eleições, do que

fortalecer os movimentos populares e sindicatos.

Sabemos que essa luta para a ampliação da força social não vai ser tarefa de uma única organização ou de um único movimento social, mas é algo que cabe ao conjunto dos lutadores e lutadoras que apostam na estratégia de massas e na construção do poder popular. É com esse objetivo que nossa militância segue com nossa modesta contribuição na luta social cotidiana, nas ruas e mobilizações, ombro a ombro com os movimentos populares do campo e urbanos, comunitários, de favelas, estudantis e sindicais. Participando e ajudando a construir espaços de poder popular e participação direta do povo organizado.

O contra-ataque da classe dominante aos movimentos organizados não demorou, buscando isolar os setores que não compactuavam com o reformismo e a disputa partidária. Companheiros e companheiras perseguidos(as) em diversos estados do país (Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, entre outros) sofrem prisões e acusações absurdas, montadas pela farsa do governo Federal. As táticas de resistência, utilizadas no calor das ruas em 2013, passaram a ser duramente reprimidas pe-

los setores dominantes e pelas forças militares de repressão. Toda essa repressão e criminalização influenciou também na cada vez menor adesão popular às mobilizações.

Nesse sentido, repudiamos a crescente política de criminalização dos pobres e movimentos sociais no país, que vem se expressando através do endurecimento repressivo e jurídico por parte do Estado. Diversos movimentos sociais e grupos de direitos humanos vêm denunciando as violências e autoritarismos que a polícia, a justiça e o Estado vêm cometendo. São citadas várias arbitrariedades

[...] repudiamos a crescente política de criminalização dos pobres e movimentos sociais no país, que vem se expressando através do endurecimento repressivo e jurídico por parte do Estado.

na condução dos processos e inquéritos, violações de direitos como perguntas sobre a vida política dos manifestantes e a apreensão de livros. Isso só reforça a natureza violenta do Estado e do sistema de dominação capitalista que sempre que possível vão recorrer à criminalização ideológica.

Longe de recuarmos, devemos fazer um balanço crítico e auto-crítico da conjuntura desde junho de 2013, avaliando onde o conjunto da esquerda errou e acertou. Para os(as) que ainda tinham dúvidas, ficou claro o papel do PT e daqueles que determinam as políticas do Estado: defender a propriedade privada e garantir o lucro dos capitalistas, mantendo seus pri-

vilégios. Também aprendemos nesse período que a ação direta, que é a participação direta do povo organizado nas lutas e na resistência contra a repressão, é fundamental para as conquistas dos oprimidos frente aos interesses dos patrões e políticos. Que a revolta popular pode obter vitórias sobre as injustiças sociais, principalmente quando dotada de métodos de autogestão das lutas pelos(as) trabalhadores(as), com autonomia política na decisão dos rumos dos processos de mobilização, reivindicação e resistência.

Por outro lado, conquistar a adesão popular é fundamental para o avanço dos processos sociais, para dar sustento às mobilizações e para que as lutas nas ruas não se isolem das pautas populares e percam sua capacidade de pressão. E o papel da organização política não é atrás nem à frente, mas lutando junto com o povo. Atuando como fermento, propondo políticas e organicidade para a luta. Com grande sensibilidade para acompanhar e respeitar a dinâmica viva da ação popular, com táticas flexíveis mas ancoradas na realidade. Esse é o caminho para derrotar a classe dominante e construir o poder popular para além das urnas, fortalecendo movimentos populares que pautem suas lutas com independência de governos, partidos ou empresas.

Ou se vota nos de cima ou se luta com os de baixo! Não votar, lutar e se organizar rumo ao Poder Popular!